

Delfim: uma promessa de US\$ 6,254 bilhões

por Tom Camargo
de Londres

Ao se preparar para voltar ao Brasil, no início da noite de sexta-feira, o ministro Delfim Netto tinha US\$ 6,254 bilhões como o último número de compromettimentos no empréstimo que se negocia de US\$ 6,5 bilhões.

Ainda mais de duzentos bancos estariam de fora, com participações que variariam dos US\$ 30 até os US\$ 1,5 milhão.

Mesmo assim o responsável pelo planejamento reenfatizou sua convicção de que "teremos quase todos, se não todos, aderindo nesses próximos dias".

O desembolso antecipado da parcela de US\$ 3 bilhões, que serviriam para cobrir obrigações atrasadas do País, também é tomado como certo. A data-limite de 31 de dezembro — sempre tida como prometida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como fronteira final para o ajuste das contas externas de 1983 — foi desqualificada mais uma vez como "indício mágico, algo que as pessoas querem que aconteça só para coincidir com o calendário". Delfim não admite a idéia de que o pacote não esteja finalizado ainda em dezembro e de que os pagamentos não sejam iniciados antes da primeira hora de 1984.

PLANO NÃO MUDA

Nem mesmo eventuais obstáculos distribuídos por outros devedores, como a moratória ensaiada pela Argentina, implicariam mudança de planos.

"Nada que aconteça na Argentina tem a ver com nosso problema", acredita o ministro. "Cada país tem o seu caminho; o nosso é esse, o da negociação, do avanço paulatino após cada etapa de conversações."



Delfim Netto

O argumento central de Delfim, nessa altura dos acontecimentos, pousa no mesmo discurso que baliza os banqueiros estrangeiros que coordenam parte do esforço brasileiro.

Uma adesão completa, de todos os bancos credores do Brasil aos US\$ 6,5 bilhões, e de todos os governos aos US\$ 2,5 bilhões de créditos comerciais, esta seria a bandeira levantada pelo "advisory committee". Para o funcionário brasileiro, a participação em bloco elimina queixas quanto à carga que os participantes da fase 1 sempre disseram carregar sozinhos — então entraram cerca de 250 casas — e revigora o relacionamento mesmo com emprestadores de ocasião.

Considerando que, de todas as metas concertadas com o FMI apenas a inflação não foi atingida — mas o seria já começando pelos primeiros meses de 1984 — Delfim aposta numa melhoria do "risco Brasil" dentro dos próximos seis meses. "Não teremos de voltar ao mercado", ele afirma, "mas teremos então a comprovação do acerto das atuais medidas."